

Informação sobre a Situação Económica e Financeira



Junho de 2016

Moreira
Amílcar

ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

António Alberto Pires Aguiar Machado

Presidente

Fernando Eirão Queiroga

Administrador

Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

Administrador

Fiscal Único

Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, em representação de

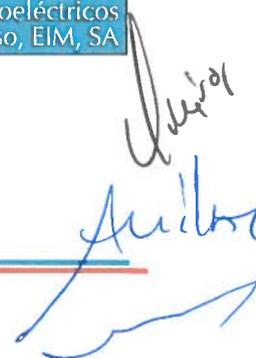
Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC

*João
Azeite*



RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR

Intercalar 2016



Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, vem o Conselho de Administração da EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, apresentar aos seus acionistas, o Relatório de Gestão Intercalar reportado a 30 de Junho de 2016.

Introdução

A EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., doravante designada por EHATB ou sociedade, tem por objeto social as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- d) Produção de energia elétrica;
- e) Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local.

A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

Estrutura Societária

O capital social da Empresa ascende a **900.000 €**, repartido da seguinte forma:

Acionistas	Participação Direta no Capital		Participação Direitos de Voto %
	%	€	
Município de Boticas	16,66	150.000 €	16,66
Município de Chaves	16,66	150.000 €	16,66
Município de Montalegre	16,66	150.000 €	16,66
Município de Ribeira de Pena	16,66	150.000 €	16,66
Município de Valpaços	16,66	150.000 €	16,66
Município de Vila Pouca de Aguiar	16,66	150.000 €	16,66
TOTAL	100	900.000 €	100

Evolução dos negócios

A atividade da sociedade no primeiro semestre de 2016 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, provenientes do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 49% do total, da produção e os Parques Eólicos de Mairós, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, o qual contribuiu com 51%.

À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvalá e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Eólica da Padrela Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,

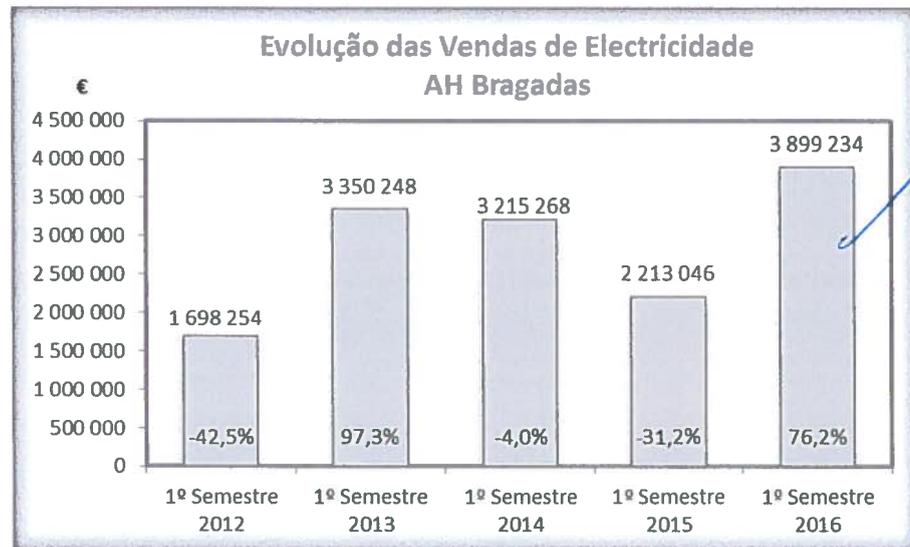
Para além da atividade de produção de energia, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a “Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana” e a “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal”.

Centros Produtores

Desde a sua criação, as diversas Administrações procuraram ao longo dos anos seguir uma estratégia de diversificação dos negócios, com vista à criação de alicerces que permitiriam acrescentar valor à sociedade e atingir um nível elevado de rentabilidade para os acionistas, com a exploração de centros produtores próprios, de energia hídrica e eólica, designadamente:

- **Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas**

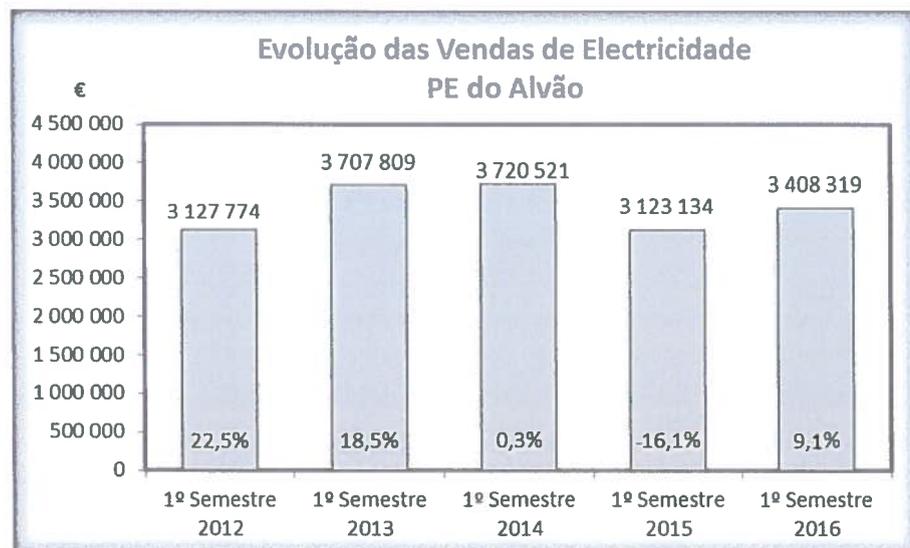
O Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas localiza-se no Rio Beça, concelho de Ribeira de Pena. É constituído por uma barragem, uma conduta de derivação, um túnel, uma conduta forçada, uma central hidroeléctrica, uma subestação e um canal de restituição. Com uma queda bruta de 140 m, foi concebido para turbinar um caudal máximo de 8,2 m³/s. É constituído por 2 grupos geradores de 10 MW.



*Unid
Ano*

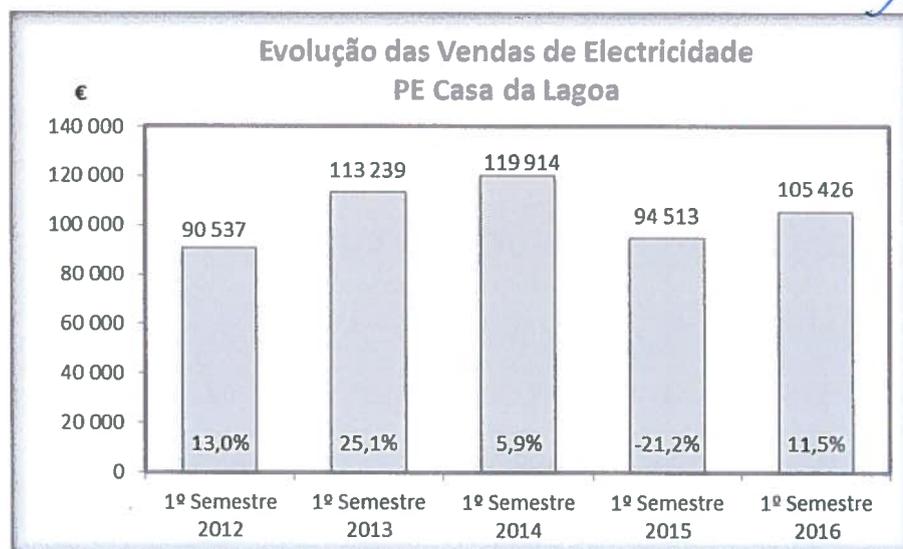
- **Parque Eólico do Alvão**

O Parque Eólico do Alvão, localizado na Serra do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar é constituído por 12 aerogeradores e 22,8 MW de potência instalada.



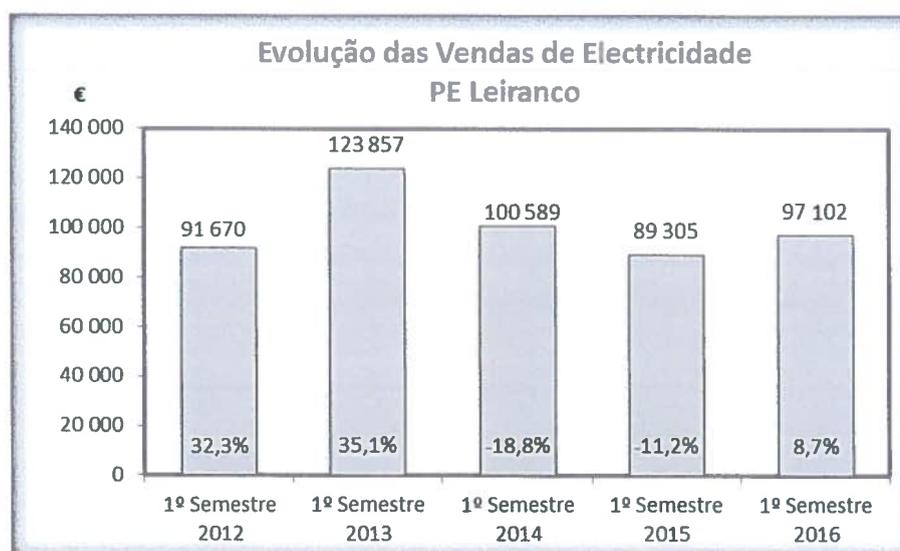
- **Parque Eólico da Casa da Lagoa**

O Parque Eólico da Casa da Lagoa, localizado na Serra da Padrela, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, é constituído por um aerogerador de 600 KW.



- **Parque Eólico do Leiranco**

O Parque Eólico do Leiranco, localizado na Serra do Leiranco, no concelho de Boticas, é constituído por um aerogerador de 600 KW.

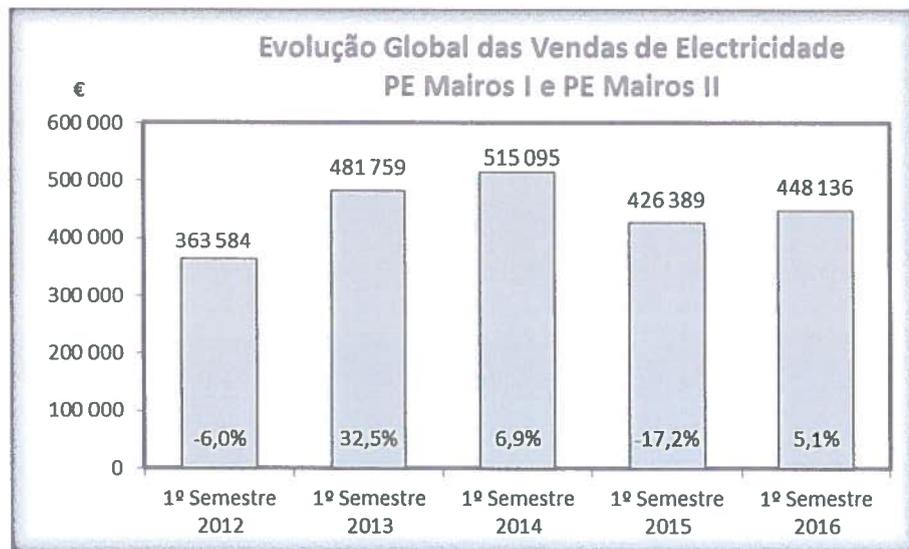


Alves

frutos

- **Parques Eólicos de Mairós**

O Parque Eólico de Mairós I constituído por dois aerogeradores, um com 2000 kW e outro com 600 kW de potência, e do “Parque Eólico de Mairós II” constituído por um aerogerador com 600 kW de potência, ambos localizados junto ao marco geodésico de Mairós, na freguesia de Mairós, concelho de Chaves.



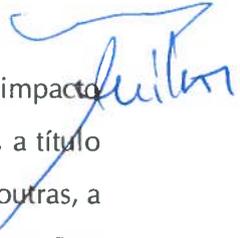
Também contribuíram para os ganhos deste período:

- Os serviços prestados de assessoria à gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvalá e às empresas: Atberg, Padrela, Barroso, e Atilhó, os quais atingiram 78.290 €, mais 2,9%, face ao mesmo período do ano anterior.
- Os juros obtidos de depósitos bancários foram de 4.624 €.
- Os rendimentos globais da sociedade aumentaram 32% face ao período homólogo cifrando-se nos 8.191.469 € (6.200.550 € no mesmo período em 2015).



Evolução previsível da sociedade

O cumprimento do disposto na lei 50/2012 de 31 de agosto teve um impacto significativo na vida da sociedade. De facto, em particular com a alienação, a título gratuito de participações sociais detidas, e com a fusão por incorporação de outras, a estrutura dos ativos não correntes e dos capitais próprios sofreram enormes alterações.



Apesar disso, a empresa irá continuar com o desenvolvimento das atividades relacionadas com a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, dos Parques Eólicos da Casa da Lagoa, do Leiranco, Mairos I e II, do Alvão, da gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvia e ainda da prestação de serviços de assessoria, às empresas agora detidas pelos Municípios o que assegurará a continuação de um desempenho rentável e o cumprimento dos contratos programa celebrados com os municípios acionistas.

Análise Económica e Financeira

Rendimentos e ganhos

Neste semestre, o total das vendas da energia à EDP Distribuição SA., atingiu 7.958.216 €, tendo sido, fortemente influenciado pela exploração dos Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas e Parque Eólico do Alvão, cuja faturação se cifrou em, respetivamente, 3.899.234 € e 3.408.319 €.

Também contribuíram para os ganhos deste exercício:

- os serviços prestados de assessoria à gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvia, e às empresas: Atberg, Padrela, Barroso e Atilho, que atingiram o montante de 78.290 €;

Handwritten signature

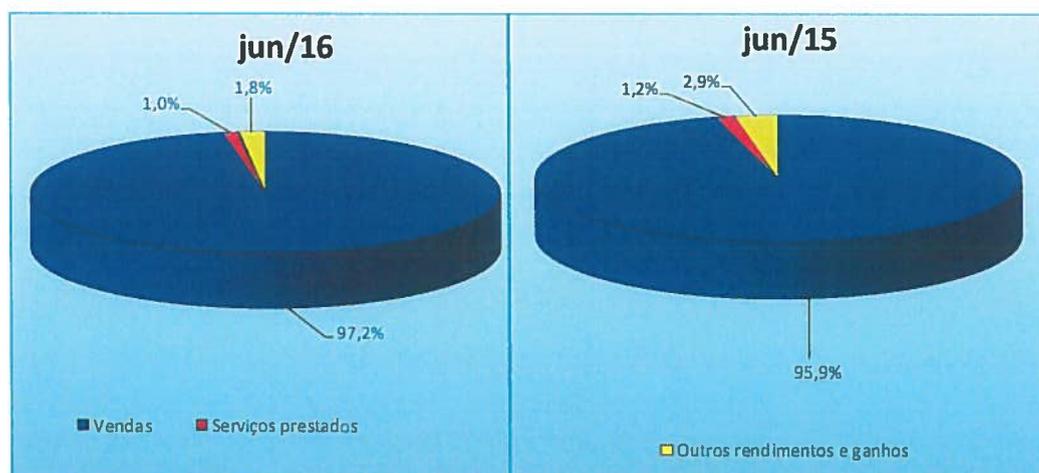
- o reconhecimento dos subsídios ao investimento no montante de 133.211 €;
- os juros obtidos de depósitos bancários no montante de 4.624 €;

Handwritten signature

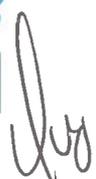
Nestes termos os rendimentos globais da sociedade aumentaram 32,11% período homologo, cifrando-se nos **8.191.469 €** (6.200.550 € no mesmo período em 2015).

Rendimentos e Ganhos	jun 2016	jun 2015	Varição
Vendas	7.958.216	5.946.387	2.011.828
Serviços prestados	78.290	76.091	2.199
Outros rendimentos e ganhos	143.996	178.071	-34.076
Provisões (aumentos/reduções)	10.968	0	10.968
Total	8.191.469	6.200.550	1.990.919

Estrutura dos Rendimentos

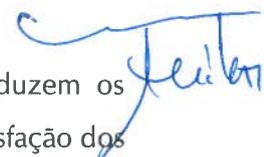


Como se pode verificar, pela análise do gráfico, acima, as vendas de energia dos centros produtores "Hídricos e Eólicos" são a principal fonte de rendimento da empresa, contribuindo com um peso relativo no total dos rendimentos de 98,1 %.



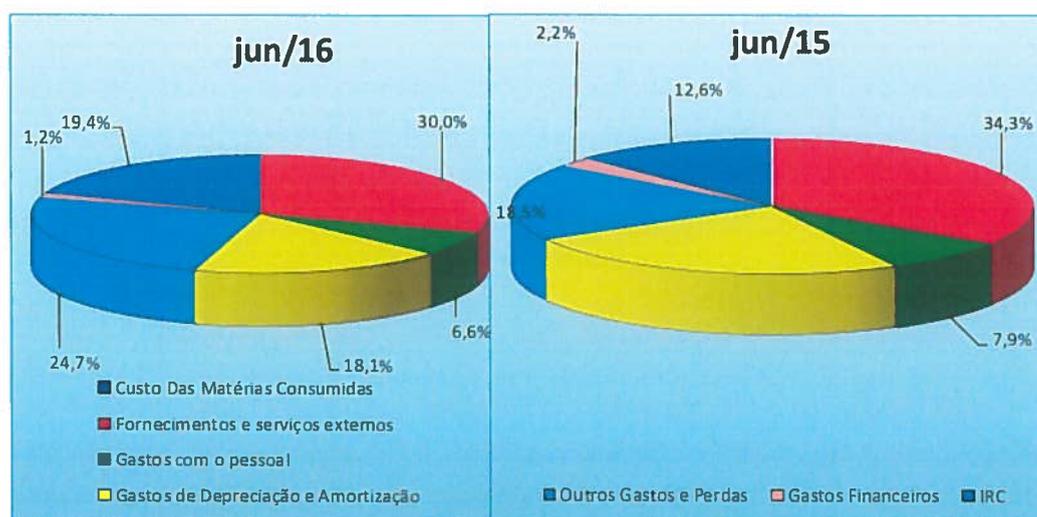
Gastos e Perdas

Os gastos registados neste período, no montante de **4.598.013 €**, traduzem os dispêndios associados quer á atividade de produção de energia quer à satisfação dos objetivos traçados para a execução das atividades dos contratos programa.



Gastos e perdas	jun 2016	jun 2015	Varição
Custo Das Matérias Consumidas	477	0	477
Fornecimentos e serviços externos	1.709.401	1.665.754	43.647
Gastos com o pessoal	376.108	382.147	-6.038
Gastos de Depreciação e Amortização	1.034.774	1.193.084	-158.309
Outros Gastos e Perdas	1.408.201	898.623	509.578
Gastos Financeiros	69.051	108.185	-39.134
	4.598.013	4.247.793	350.221

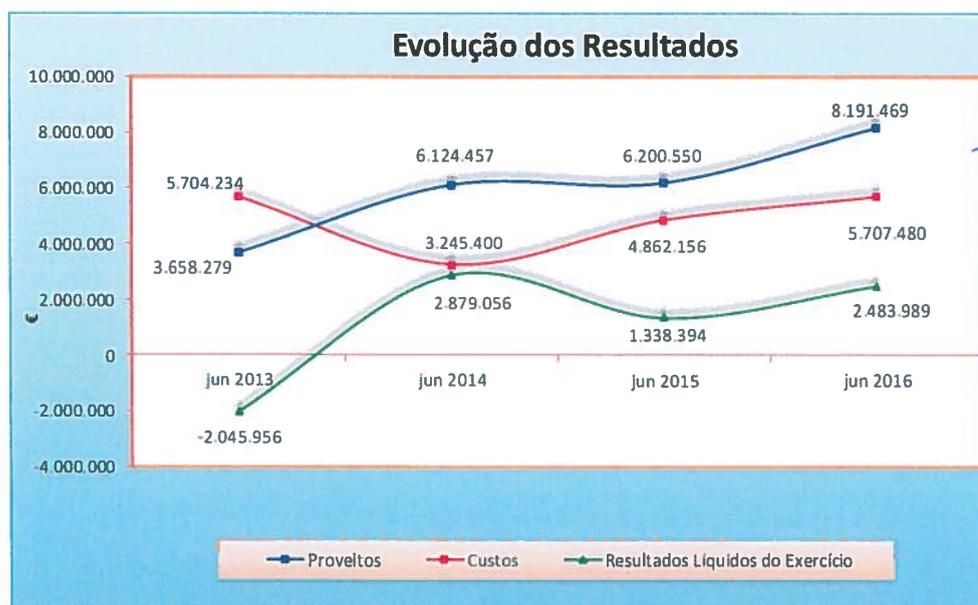
Estrutura de Gastos



Comparando os dois gráficos, verificamos que a estrutura dos gastos se mantém face ao ano anterior, com as rubricas "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Outros Gastos e Perdas", por si só, a contribuírem com 68 % do total dos gastos e perdas.

[Handwritten signature]

Resultados



[Handwritten signature]

O resultado líquido do exercício, tendo em conta os fatores atrás mencionados, registou um aumento, face ao período anterior, de 1.145.594 €.

Indicadores Económicos e Financeiros

O desempenho da empresa pode ser avaliado através da análise aos rácios que se apresentam nos quadros abaixo

Ao nível operacional, destaca-se um aumento do volume de negócios em 33,44 % relativamente ao mesmo período de 2015, acompanhada pelo aumento do EBITDA em 44,35%,

INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	30-jun-2016	30-jun-2015
Volume de Negócios	8 036 506	6 022 479
<i>taxa de crescimento</i>	33,4%	
Outros ganhos operacionais	143 996	178 071
<i>taxa de crescimento</i>	-19,1%	
Ganhos Totais	8 191 469	6 200 550
<i>taxa de crescimento</i>	32,1%	
Gastos Operacionais	4 528 962	4 139 608
<i>taxa de crescimento</i>	9,4%	
Free Cash Flow	2 112 927	-1 318 470
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	4 697 281	3 254 026
% EBITDA: <i>EBITDA/Volume de Negócios</i>	58,4%	
EBIT - (Resultado antes de gastos de financiamento e impostos)	3 662 507	2 060 942
% EBIT: <i>EBIT/Volume de Negócios</i>	45,6%	0
Gastos Financeiros	69 051	108 185
% GF/(Volume de Negócios)	0,9%	1,8%
Resultado Financeiro	-69 051	-108 185
% RF/(Volume de Negócios)	-0,9%	-1,8%
Resultado líquido do período	2 483 989	1 338 394
% RL/(Volume de Negócios)	30,9%	22,2%

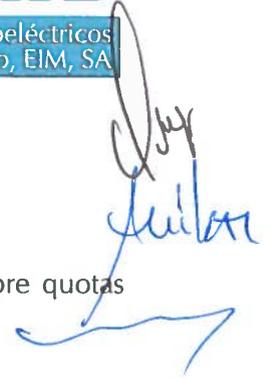
Em termos de rentabilidade, embora se apresentem valores positivos, verificou-se uma, considerável, diminuição na generalidade dos rácios mais significativos a saber:

Indicadores de Rentabilidade	30-jun-2016	30-jun-2015
Resultado Líquido	2 483 989	1 338 394
Rentabilidade das Vendas: <i>RL/Vendas</i>	31,2%	22,5%
Rentabilidade do Ativo: <i>RL/Ativo</i>	11,2%	5,5%
Rentabilidade dos Capitais Próprios: <i>RL/Cap. Próprio</i>	18,6%	9,9%
Free Cash Flow	2 112 927	1 354 185

Relativamente aos indicadores de “Equilíbrio Financeiro” temos:

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	30-jun-2016	31-dez-2015
Liquidez Geral: <i>Ativo Corrente/Passivo Corrente</i>	1,64	1,34
Liquidez Imediata: <i>Disponibilidades/Passivo Corrente</i>	1,19	0,85
Autonomia Financeira: <i>Capitais Próprios/Ativo</i>	0,60	0,55
Solvabilidade: <i>Capitais Próprios/Passivo</i>	1,51	1,24
Endividamento: <i>Debt to Equity: Total do Passivo/Capitais Próprios</i>	0,66	0,80
Equilíbrio Financeiro (Art.º40 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto)	3 593 456	1 412 365

A sociedade atingiu, neste período, resultados antes de impostos positivos no montante de 3.593.456 €, cumprindo, assim, com o disposto no artigo 40.º da Lei 50/ 2012.



Notas Finais

De referir que, no exercício, não se registaram quaisquer operações sobre quotas próprias.

Igualmente não foram concedidas autorizações ao abrigo do Art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais para negócios entre a Sociedade e seus Administradores.

No final do exercício não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

No decurso dos exercícios de 2010 e 2013, a EHATB, foi objeto de Inspeções Tributárias aos exercícios de 2008 e 2009, na sequência das quais, foram efetuadas correções em sede de IVA, que a empresa impugnou tendo, embora, procedido ao pagamento, das liquidações apresentadas.

Relativamente à ação, referente ao exercício de 2008, a audiência de testemunhas ocorreu no passado mês de junho, aguardamos a decisão do tribunal.

A EHATB tem, também, pendente uma ação de impugnação relativa ao resultado da 2ª avaliação, efetuada pela AT, para efeitos de inscrição matricial, de todos os Parques Eólicos, bem como da liquidação do IMI, a eles relacionado, relativos a anos anteriores. Uma vez que todas as liquidações apresentadas foram pagas, a responsabilidade da EHATB, subsume-se ao pagamento dos honorários a liquidar à Sociedade de Advogados ABCC- Sociedade de Advogados, RL, e das custas do processo.

O Conselho de Administração da EHATB, entende que estas e eventuais revisões e correções às declarações fiscais dos exercícios em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.

Agradecimentos

Não pode o Conselho de Administração terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos colaboradores, por todo o seu esforço e dedicação;
- Ao Grupo EDP pela colaboração e apoio demonstrado;
- Ao Grupo Caixa Geral de Depósitos pelo apoio concedido;
- Ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração prestada;
- Aos acionistas pela confiança depositada.

Ribeira de Pena, 09 de Agosto de 2016

O Conselho de Administração



António Alberto Pires Aguiar Machado



Fernando Eirão Queiroga



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

Handwritten signature



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		30-06-2016	30-06-2015
Vendas e serviços prestados	5	8.036.505,52	6.022.478,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-477,35	
Fornecimentos e serviços externos	6	-1.709.400,95	-1.665.753,77
Gastos com o pessoal	7	-376.108,43	-382.146,88
Provisões (aumentos/reduções)	19	10.967,93	
Outros rendimentos e ganhos	8	143.995,57	178.071,42
Outros gastos e perdas	9	-1.408.201,07	-898.623,38
EBITDA: Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.697.281,22	3.254.025,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14 E 15	-1.034.774,38	-1.193.083,65
EBIT: Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.662.506,84	2.060.942,34
Juros e gastos similares suportados	11	-69.051,00	-108.184,94
Resultado antes de impostos		3.593.455,84	1.952.757,40
Imposto sobre o rendimento do período	12.1	-1.109.467,10	-614.362,99
Resultado líquido do período		2.483.988,74	1.338.394,41

Mwmpaper

BALANÇO			
ATIVO	Notas	PERÍODOS	
		30-Jun-2016	31-Dez-2015
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2-A; 12	10 854 400	11 728 285
Ativos intangíveis	3.2-B; 13	3 710 834	3 853 980
Imobilizações em Curso	14	76 860	
Outros ativos financeiros		1 995	1 129
Ativos por impostos diferidos		60 822	60 822
SOMA		14 704 911	15 639 215
Ativo corrente			
Inventários		37 982	33 167
Clientes	15	23 855	17 863
Adiantamentos a fornecedores		2 820	
Outras contas a receber	16	1 445 327	1 423 519
Diferimentos	17	533 469	483 121
Caixa e depósitos bancários	4	5 497 787	3 384 860
SOMA		7 541 240	5 342 529
TOTAL DO ACTIVO		22 246 151	20 981 745
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		900 000	900 000
Reservas legais	18	1 154 699	1 154 699
Outras reservas		6 608 350	6 520 925
Reservas Livres		4 589 913	4 502 488
Reservas de Fusão		2 018 437	2 018 437
Outras variações no capital próprio		2 228 857	2 362 068
SOMA		10 891 907	10 937 692
Resultado líquido do período		2 483 989	687 425
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		13 375 895	11 625 117
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	19	438 767	449 735
Financiamentos obtidos	20	2 922 945	3 999 775
Outras contas a pagar		906 041	906 040
SOMA		4 267 752	5 355 550
Passivo corrente			
Fornecedores	21	115 868	95 649
Estado e outros entes públicos	22	1 736 891	946 125
Financiamentos obtidos	20	2 280 269	2 488 857
Outras contas a pagar	23	469 476	470 446
SOMA		4 602 504	4 001 077
TOTAL DO PASSIVO		8 870 256	9 356 627
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		22 246 151	20 981 745

M. Gonçalves

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO							
DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores de capital						Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Reservas Legais	Outros Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (A)	900.000	1.154.699	6.520.925	0	2.362.068	687.425	11.625.117
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			687.425		-133.211	-687.425	-133.211
(B)	0	0	687.425	0	-133.211	-687.425	-133.211
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (C)						2.483.989	2.483.989
RESULTADO INTEGRAL (D) (D=B+C)						1.796.564	2.483.989
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições			-600.000				-600.000
(E)	0	0	-600.000	0	0	0	-600.000
POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO (F) (F=A+B+C+E)	900.000	1.154.699	6.608.350	0	2.228.857	2.483.989	13.375.895

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Handwritten signature

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	PERÍODOS	
	30-jun-2016	31-Dez-2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	10.058.031,44	14.223.420,99
Pagamentos a fornecedores	-2.033.584,78	-3.758.502,48
Pagamentos ao pessoal	-385.453,86	-812.602,84
Caixa gerada pelas operações	7.638.992,80	9.652.315,67
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-219.008,30	-1.408.688,24
Outros recebimentos/pagamentos	-3.035.855,59	-4.211.052,66
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	4.384.128,91	4.032.574,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-103.423,93	-91.181,80
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	3.468,17	9.986,55
Fluxos de caixa das actividades de investimento (B)	-99.955,76	-81.195,25
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1.244.428,40	-2.714.817,87
Juros e gastos similares	-74.817,87	-207.031,99
Dividendos	-852.000,00	-2.348.000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	-2.171.246,27	-5.269.849,86
Varição de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	2.112.926,88	-1.318.470,34
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.384.859,62	4.703.329,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.497.786,50	3.384.859,62

Handwritten signature

Handwritten signature



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1 – Designação Da Entidade

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Alvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502227842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502227842, ao abrigo do artigo 19º da lei 50/2012 de 31 de agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social:

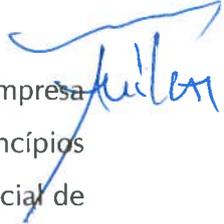
Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.





2 — Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a empresa preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, estas demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).



Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 30 de junho de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

3 — Principais Políticas Contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.



Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e descritas nas respetivas notas anexas.

3.2 - Principais Políticas Contabilísticas Adotadas Na Preparação Das Demonstrações Financeiras

A - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos não são amortizados.

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método da linha reta e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que

benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por Imparidade” da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

B – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período.

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços.

Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EHATB, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

No negócio da EHATB, a IFRIC 12 é aplicável à concessão atribuída ao Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, sendo aplicável o “Modelo de Ativo Intangível”.

C – Instrumentos Financeiros

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para

operações de financiamento – a Euribor – ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.



Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

C₁ - Clientes e Contas a Receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando a EHATB fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos ativos correntes, exceto quanto a maturidade superior a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são mensurados pelo valor nominal menos quaisquer perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objetiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objetiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.

C₂ - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.



A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

C₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, exceto

quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.



C4 - Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação incorridos, quando relevantes.

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo

D - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo, "especialização dos exercícios". As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Contas a Pagar", "Outras Contas a Receber" e/ ou "Diferimentos".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes", "Outros ativos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas



ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

E - Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes e sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

F - Subsídios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os Subsídios ao investimento não reembolsáveis, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no capital próprio da empresa, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados, como rendimentos, numa base sistemática proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Como a existência destes subsídios não traduzem um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação, é nesse sentido, reconhecido um passivo pelo montante do imposto, associado ao valor do subsídio reconhecido no capital próprio.



G - Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, tendo em conta os cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos doze períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70 % do respetivo lucro tributável, nos termos do artigo 52.º do CIRC.

É convicção da Administração, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.

H – Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

I - Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

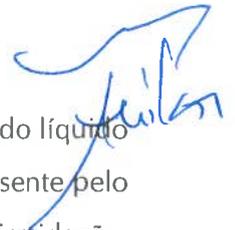
Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados, também, como não correntes.



J- Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.



K — Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

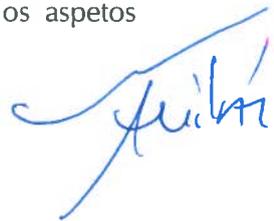
3.3 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

O Conselho de Administração considera que as decisões tomadas e as escolhas por si efetuadas foram as mais apropriadas, em relação a eventuais alternativas existentes aos tratamentos contabilísticos que foram adotados pela Empresa.



Nessas circunstâncias, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

4 — Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a seis meses).

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

Disponibilidades	30-jun-2016	31-Dez-2015
Caixa	613	183
Numerário	613	183
Depósitos bancários	5.497.173	3.384.677
Depósitos à ordem	3.221.204	1.095.102
Outros depósitos bancários	2.275.969	2.289.575
Caixa e depósitos bancários	5.497.787	3.384.860

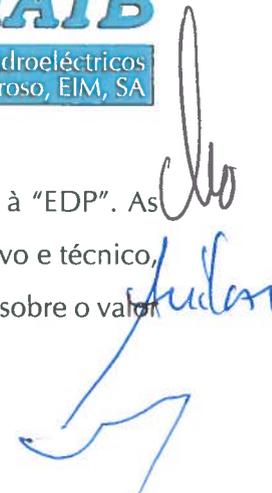
5 — Vendas e Serviços Prestados

O volume de negócios da Empresa para os períodos em análise, foi o seguinte:

Volume de Negócios	30-jun-2016	30-jun-2015
Vendas	7.958.216	5.946.387
Prestação de Serviços	78.290	76.091
Total	8.036.506	6.022.479



As vendas compreendem os montantes faturados pela venda de eletricidade à "EDP". As prestações de serviços referem-se aos serviços prestados de apoio administrativo e técnico, a diversas entidades, também elas produtoras de energia, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.



6 – Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" no período em análise é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	30-jun-2016	30-jun-2015
Subcontratos	400.319	414.060
Serviços Especializados	646.065	612.618
Materiais	40.808	31.532
Energia e Fluidos	21.095	23.053
Serviços Diversos	598.565	576.691
Total FSE	1.709.401	1.665.754

7 – Gastos com o Pessoal

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Gastos com Pessoal	30-jun-2016	30-jun-2015
Remunerações	277.472	291.974
Remunerações do Pessoal	277.472	291.974
Indemnizações		3.000
Encargos Sobre Remunerações	63.262	65.046
Seguros de Acidentes de Trabalho	3.417	3.070
Gastos de Ação Social	17.079	17.000
Outros Gastos com Pessoal	14.879	2.057
Total	376.108	382.147



	30-jun-2016	30-jun-2015	31-dez-2015
Número médio de empregados	31	35	33
Numero de empregados no final do período	31	35	33

Dos quais 27 em regime de contrato sem termo e 4 com contrato de trabalho a termo certo.

8 – Outros Rendimentos e Ganhos

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos e Ganhos	30-jun-2016	30-jun-2015
Subsídios ao Investimento	133.211	142.928
Outros	10.785	35.144
Total	143.996	178.071

O valor registado em “Subsídios ao Investimento” refere-se ao reconhecimento, em resultados do período, dos subsídios ao investimento recebidos. (Nota 18)

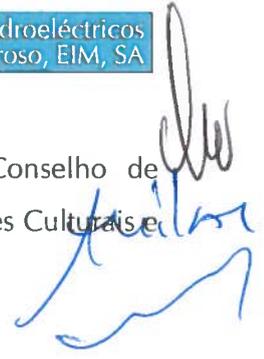
A rubrica “Outros” inclui, entre outros, as verbas recebidas pelo IEFP para compensar os gastos, registados nas rubricas “Gastos com Pessoal” dos estagiários, contratados ao abrigo das portarias: 204/2013 e 375/2013, 149/B/2014 e despacho 9841-A/2014 e 149/B/2014 e despacho 9841-A/2015, e ainda os ganhos resultantes de juros de depósitos bancários.

9 – Outros Gastos e Perdas

No período em análise, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Outros Gastos e Perdas	30-jun-2016	30-jun-2015
Impostos	112.114	131.292
Donativos	1.157.750	654.850
Insuficiência de Estimativa P/Impostos	33.718	10.704
Outros	104.619	101.777
Total	1.408.201	898.623

A rubrica “Donativos” inclui os donativos que, por deliberação do Conselho de Administração foram atribuídos a Municípios, Juntas de Freguesia, Associações Culturais e outras entidades, da Região do Alto Tâmega.



A rubrica “Outros” inclui, entre outros de menor expressão:

- compensação, paga à EDP, pela adesão ao regime remuneratório previsto na alínea a) do número 3 do artigo 5.º Do DL 35/2013, que neste período se traduziu num gasto de 76.987 euros.
- reconhecimento em gastos do período da quota parte referente às contrapartidas financeiras atribuídas aos “Municípios”, pela renúncia à prossecução da atividade de produção de energia, a que se alude na nota 17, que no período se traduziu num gasto de 15.675 euros.

10 –Gastos de Financiamento

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Gastos de Financiamentos	30-Jun-2016	30-Jun-2015	31-Dez-2015
De Juros	66.517	100.014	224.938
De Outros Encargos	2.534	8.571	13.255
Total	69.051	108.585	238.193

Os gastos e perdas financeiros incluem os juros, comissões, imposto de selo e outros gastos, afetos aos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.



11 – Imposto Sobre o Rendimento do Período

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, por aplicação àquela (coleta), da taxa de IRC com subsequente acréscimo e dedução de determinados valores decorrentes da Lei (e.g., acréscimo de provisões, depreciações, juros moratórios e compensatórios, não aceites fiscalmente, majoração de donativos etc.), para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar.

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas “IRC”, cuja taxa atual é de 21%.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente, com viaturas ligeiras de passageiros (entre 10% e 35% de acordo com o valor das viaturas), despesas de representação (10%), e ajudas de custo e compensação por utilização de viatura própria, (5%).

Nos termos do artigo 92º do CIRC, a coleta do IRC, líquida das deduções relacionadas com benefícios fiscais, nunca poderá resultar inferior a 90% do valor que resultaria se o sujeito passivo não usufruísse desses benefícios. A aplicação deste artigo, pretende limitar o efeito de determinados benefícios fiscais (donativos) no apuramento do IRC a liquidar, por forma a que se não possa apurar uma taxa efetiva de tributação inferior a 19% ($0.9 \times 21\%$). No caso da EHATB, tais ajustamentos afiguram-se relevantes, ascendendo o valor do resultado da liquidação, pela aplicação do artigo 92º, no imposto estimado a **251.837 €**.

Para o período, foi estimado o valor de **1.109.467 €**.

12– Ativos Fixos Tangíveis

No final do período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo Final 30-jun-2016	Depreciações no Período		Saldo Inicial 31-Dez-2015
Edifícios	2.781.109	109.544		2.671.565
Equip. básico	17.049.852	754.862		16.294.990
Equip. transporte	178.532	5.636		172.897
Equip. administrativo	187.679	8.583		179.096
Outros	322.704	13.004		309.700
Total	20.519.877	891.629		19.628.249

Ativo Líquido	Saldo Final 30-jun-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo Inicial 31-Dez-2015
Ativo Fixo Tangível	10.854.400	22.744	-891.629	11.723.285
Total	10.854.400	22.744	-891.629	11.723.285

Ativo Bruto	Saldo Final 30-jun-2016	Aquisições	Alienações	Saldo Inicial 31-Dez-2015
Terrenos	64.183	5.000		59.183
Edifícios	4.551.107			4.551.107
Equip. básico	25.955.631			25.955.631
Equip. transporte	219.173			219.173
Equip. administrativo	217.304	14.484		202.820
Outros Ativos Fixos Tangíveis	366.879	3.260		363.619
Total	31.374.277	22.744	0	31.351.533

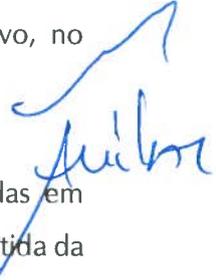
Os parques Eólicos do Alvão, da Serra de Mairós, da casa da Lagoa e do Leiranco integram o ativo da empresa, nas rubricas “edifícios e outras construções” necessárias à implantação dos parques e ao “Equipamento Básico”, (Geradores Eólicos), acrescidas do valor estimado dos correspondentes gastos de desmantelamento.

Os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local, foram incluídos no custo do ativo relacionado, na rubrica “Edifícios e Outras Construções”. O custo total, por simplificação, foi estimado ao valor corrente no montante de 74.207 euros, para o parque eólico da Serra de Mairós, o montante de 32.923 euros, para cada um dos parques do Leiranco e da Casa da Lagoa e o montante de 197.785 euros, relativo ao parque Eólico do Alvão I e II. Este gasto é depreciado em cada período, à medida e da mesma forma que o ativo correspondente.



Em contrapartida, porque claramente definida a obrigação, foi reconhecido um passivo, no mesmo montante, que será utilizado apenas quando os custos forem incorridos.

À data de cada balanço, quaisquer atualizações no valor estimado serão tomadas em consideração, sendo registadas em gastos ou rendimentos do exercício por contrapartida da correspondente conta do Passivo.



Todos os ativos fixos tangíveis, encontram-se localizados em território nacional, estão em poder da “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

12.1 - Investimentos Implantados em propriedade Alheia

De referir que cada um destes parques Eólicos se encontra implantado em terrenos baldios, pertencentes às juntas de freguesia da jurisdição da mesma, por esta explorados, ou explorados por conselhos diretivos ou associações de compartes, da mesma jurisdição.

Assim:

- O Parque Eólico da Serra de Mairos encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Mairos, a qual, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, celebrado em 01 de julho de 2002 cedeu a “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” os referidos terrenos baldios, para instalação dos parques eólicos de Mairos I e II.
- O Parque Eólico Leiranco encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à junta de Freguesia de Sapiãos, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de julho de 2001 cedeu ao “Município de Boticas” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico. Por contrato de cessão de posição contratual, de 26 de junho de 2002, ao abrigo da cláusula décima segunda do mesmo contrato, o “Município



de Boticas” cedeu a sua posição à empresa “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso”.

- O Parque Eólico da Casa da Lagoa encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Associação de Compartes de Barbadães de Baixo, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de julho de 2001 cedeu a “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso” os referidos terrenos baldios,” para instalação do parque eólico da Casa da Lagoa.

O Parque Eólico do Alvão está implantado em terrenos baldios pertencentes às seguintes entidades:

- Conselho Diretivo dos Baldios de Souto e Outeiro, concelho de Vila Pouca de Aguiar, que, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios” cedeu os terrenos baldios descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.
- Junta de Freguesia do Alvão, constituída em 2013, no âmbito da Reforma Administrativa Nacional pela agregação das freguesias de Afonsim, Gouvães da Serra e Santa Marta da Montanha. Por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios” a então Freguesia de Gouvães da Serra, cedeu os terrenos baldios, descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

Por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, a então Freguesia de Santa Marta da Montanha, cedeu os terrenos baldios, descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato,

celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

- Junta de Freguesia de Telões e Compartes dos Baldios de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar. Por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, cederam os terrenos baldios descritos no referido contrato, tendo em vista a instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por vinte e cinco anos, é prorrogado automaticamente por mais dez anos.

13 - Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo Final 30-jun-2016	Amortizações no Período	Adições	Saldo Inicial 31-dez-2015
Programas computador	15.737	3.045		12.692
Propriedade industrial	9.698.348	140.101		9.558.247
Total	9.714.084	143.146	0	9.570.938
Ativo Líquido	Saldo Final 30-jun-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo Inicial 31-dez-2015
Ativo Fixo Intangível	3.710.834		143.146	3.853.980
Total	3.710.834	0	143.146	3.853.980
Ativo Bruto	Saldo Final 30-jun-2016	Aquisições	Alienações / Abates	Saldo Inicial 31-Dez-2015
Programas computador	24.399			24.399
Propriedade industrial	13.400.519			13.400.519
Total	13.424.918	0	0	13.424.918

14 – Outros Ativos Financeiros

O detalhe da rubrica de "Outros Ativos Financeiros" no período em análise é o seguinte:

Outros Ativos Financeiros	Saldo em 30-jun-2016	Aumentos	Saldo em 31-Dez-2015
Fundo Compensação do Trabalho	1.995	866	1.129
Investimentos em curso	76.860	76.860	
Total	78.855	77.726	1.129

O Fundo de Compensação do Trabalho, é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos seus trabalhadores. São abrangidos os trabalhadores cujos contratos de trabalho sejam celebrados após a entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, em 01 de outubro de 2013.

Na rubrica "Investimentos em Curso" são registados os gastos incorridos com a "Ampliação da Sede da Empresa em Ribeira de Pena" cujo contrato de empreitada foi celebrado em 30 de dezembro de 2015, pelo valor de 93.000 €. O prazo de execução foi fixado em 100 dias, tendo sido prorrogado, em 20 de abril de 2016 por mais 70 dias.

15 – Clientes

O detalhe da rubrica de "Clientes" no período em análise é o seguinte:

Clientes	30-jun-2016	31-dez-2015
Clientes Gerais	23.855	11.807
Município de Ribeira de Pena	2.000	0
Total	23.855	17.863

16 - Outras Contas a Receber

O detalhe da rubrica de "Outras Contas a Receber" no período em análise é o seguinte:

Outras Contas a Receber	30-jun-2016	31-dez-2015
EDP - Produção Energia	818.724	957.928
Estado - Inspeção	321.220	332.188
Outros Devedores Diversos	305.383	133.403
Total	1.445.327	1.423.519

A rubrica "Estado Inspeção" corresponde ao valor pago à Administração Fiscal, em resultado da ação inspetiva externa, em sede de IVA, efetuada aos exercícios de 2008 e 2009, que de acordo com a A.T. foi deduzido indevidamente. Desta decisão, e após o indeferimento da reclamação graciosa apresentada, o Conselho de Administração decidiu interpor recurso judicial, constituindo-se, portanto, como um valor a recuperar. A inquirição de testemunhas, relativa ao processo de 2008, ocorreu a 22 de junho de 2015. (Nota 19)

A rubrica "Outros Devedores Diversos" inclui entre outros:

- o montante de **111.325** euros, correspondente à totalidade de entregas monetárias efetuadas à Sociedade Hidroelétrica de Mosteirão, SA.. O registo nesta conta de terceiros resulta do desreconhecimento do ativo financeiro que estava inicialmente associado à participação detida nessa empresa. Foi constituída uma provisão, uma vez que não se nos afigura bem determinável o valor recuperável deste ativo. (Nota 20)
- o montante de **174.750** euros, resultante de pagamentos já efetuados, para os quais, a 30 de junho, se aguarda ainda a respetiva documentação de suporte definitiva.

17 – Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” apresenta o seguinte detalhe:

Gastos a Reconhecer	30-jun-2016	31-dez-2015
Seguros	70.222	28.538
Protocolo de Contrapartidas	320.639	336.314
Rendas	47.660	11.004
Contratos Manutenção - ENERCON	53.311	57.876
Baterias e Condensadores - Alvão	36.177	38.588
Outros	5.460	10.801
Total	533.469	483.121

Em “Protocolos de contrapartidas” estão contabilizados valores a reconhecer em gasto dos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras, atribuídas aos Municípios, em resultado da renúncia à prossecução da atividade de produção de energia conforme contratos programa celebrados em 2007. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do Empreendimento Hidroeléctrico de Bragadas. (Nota 9)

18 – Capital Próprio

No final do período, o capital social da EHATB encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 180.000 ações com o valor nominal de 5 €, é detido pelas entidades de acordo com o seguinte detalhe:

Entidade	%	N.º de Ações	Valor
Município de Boticas	16,66	30	150.000 €
Município de Chaves	16,66	30	150.000 €
Município de Montalegre	16,66	30	150.000 €
Município de Ribeira de Pena	16,66	30	150.000 €
Município de Valpaços	16,66	30	150.000 €
Município de Vila Pouca de Aguiar	16,66	30	150.000 €
TOTAL	100	180	900.000 €

E era decomposto como segue:

CAPITAL PRÓPRIO	Saldo Final 30-jun-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo Inicial 31-dez-2015
Capital Social	900.000			900.000
Reservas:	7.763.049	87.425	0	7.675.624
Resultados Transitados	0	687.425	687.425	0
Outras Variações nos Capitais Próprios	2.228.857		133.211	2.362.068
Resultado Líquido do Exercício	2.483.989	2.483.989	687.425	687.425
TOTAL	13.375.895	3.258.839	1.508.061	11.625.117

19 – Provisões

A rubrica “Provisões” apresenta o seguinte detalhe:

	30-jun-2016	Reforço/Anulação	31-Dez-2015
Processos Judiciais em Curso	327.441	-10.968	338.409
Outras Provisões - Mosteirão	111.325		111.325
Total	438.767	-10.968	449.735

Processos Judiciais em Curso.

Em resultado de uma ação inspetiva tributária, foram efetuados ajustamentos em sede de IVA aos exercícios de 2008 e 2009. Face ao ambiente fiscal e orçamental que se atravessa, considerou-se prudente a constituição de provisão, pela totalidade do risco. (Nota 16)

Outras Provisões - Mosteirão

O novo regime jurídico do sector empresarial local previsto na lei 50/2012, de 31 de agosto, com o objetivo de acabar com a “segunda linha” de participações sociais detidas por empresas locais, veio consagrar para o futuro, conforme dispõe o artigo 38º, a proibição destas empresas, no caso a EHATB, de constituírem ou adquirirem quaisquer participações em sociedades comerciais e, relativamente às participações detidas à data da publicação da lei pelas mesmas empresas, estipulou o artigo 68º a dissolução das respetivas sociedades ou a sua alienação. A fim de fazer cumprir o que estipula este normativo, em 2013, foi

deliberada a dissolução da sociedade “**Hidrocentrais de Mosteirão, S.A**”, o que deveria, nos termos da referida lei, ocorrer no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.

Nestas circunstâncias, foi desreconhecido, em 2013, o ativo correspondente a esta participação. Não se encontrando, ainda, concretizada a respetiva dissolução, foi, em 2015, constituída uma provisão pelo valor contabilístico, por se considerar improvável a sua recuperação. (Nota 16)

20 - Financiamentos Obtidos

20.1 - Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo

No período em análise a dívida corrente e não corrente apresenta o seguinte detalhe:

Financiamentos Obtidos	Início	Fim	30-Junho-2016		31-Dez-2015	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
EHATB - Bragadas	2003	2018	954.222	954.222	1.431.333	954.222
Parque Eólico de Mairós	2007	2017	134.341	268.682	268.682	268.682
Parque Eólico do Leiranco	2007	2017	32.922	65.844	65.844	65.844
Parque Eólico da Casa da Lagoa	2007	2017	28.014	56.027	56.027	56.027
Parque Eólico do Alvão	2003	2016		208.588	0	417.176
		Total	1.149.498	1.553.363	1.821.886	1.761.951

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a longo prazo, para financiamento da construção dos diversos centros produtores de energia, a saber:

CGD – 10.973.554 € - Empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Em 2005 foram renegociados os empréstimos existentes, para um montante global de 11.586.537 € em duas linhas de crédito, uma já totalmente saldada e outra de 10.973.554 € com prazo de 13 anos (até Abril de 2018), dos quais dois foram de carência. A amortização deste empréstimo teve início em Abril de 2007 amortizando anualmente

954.222€, em duas prestações semestrais, sendo remunerado à Euribor a 6 meses, em vigor na data do início de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,08%;

CGD MLP – 2.955.500 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico de Mairos. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização será feita em 22 prestações semestrais de 134.341 euros e teve início em março de 2007.

CGD MLP – 724.280 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico de Leiranco. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização será feita em 22 prestações semestrais de 32.921 euros e teve início em março de 2007.

CGD MLP – 616.300 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico da Casa da Lagoa. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização teve início em março de 2007, é semestral, amortizando anualmente 56.027,28 €.

CGD A1 e A3 – 5.840.468 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico do Alvão I. O prazo deste empréstimo é de quinze (15) anos. A Amortização deste empréstimo teve início em fevereiro de 2003, com periodicidade semestral, num total anual de 417.176,28 €.

20.2 - Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo amortizado

No período em análise a dívida corrente e não corrente apresenta o seguinte detalhe:

Financiamentos Obtidos	Início	Fim	30-06-2016		31-Dez-2015	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
Empréstimo	2013	2019	1.855.627	726.906	2.219.080	726.906
Gastos de Financiamento	2013	2019	-82.181		-41.190	
		Total	1.773.446	726.906	2.177.890	726.906

CGD A4 4.000.000,00 – destinado exclusivamente a financiar a contrapartida de 5.100.000,00 euros da amortização das quotas detidas pela Finerge no capital social da EEA, a qual por fusão passou a integrar a EHATB, conforme o descrito nos pontos 3.3 acima. Este empréstimo vence juros à taxa EURIBOR a seis meses, cotada no segundo dia útil imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescido de um SPREAD de 3,5%. O reembolso deste empréstimo será efetuado em doze prestações semestrais com início em fevereiro de 2014 e termino em agosto de 2019.

21 – Fornecedores

No período em análise, a rubrica “Fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

Fornecedores	30-jun-2016	31-dez-2015
Fornecedores Conta Corrente	115.868	95.649
Total	115.868	95.649

22 – Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" no período em análise é o seguinte:

Estado e Outros Entes Públicos	30-jun-2016	31-Dez-2015
IRC Estimado (a pagar)	1.108.311	196.629
Imposto sobre rendimento das pessoas singulares	16.264	262.755
IVA a pagar	582.588	470.383
Contribuições para a segurança social	29.728	16.358
EOEP Passivos	1.736.891	946.125

23 - Outras Contas a Pagar

O detalhe da rubrica "Outras Contas a Pagar" no final do período é o seguinte:

Outras Contas a Pagar	30-jun-2016	31-dez-2015
Fornecedores de Investimentos	3.460	8.995
Remunerações a Liquidar - Férias + Sub. Férias	47.693	105.278
Juros a Liquidar	44.378	9.149
Garantias	2.149	2.149
Outros Credores Por Acréscimo de Gastos	371.796	349.875
Total	469.476	470.446

A Rubrica "Outros Credores por Acréscimo de Gastos" compreende, entre outros, os seguintes:

- Montante a pagar às juntas de freguesia de Santa Marinha, Santo Aleixo e Gondães decorrente do reconhecimento do valor das rendas de produção do A. H. de Bragadas, no montante de 121.485 euros;
- Montantes assumidos com a execução de empreitadas, ao abrigo de contratos programa, ainda não concluídas, no montante de 133.707 euros.

24 - Compromissos Financeiros Assumidos, Não Incluídos no Balanço

A fim de garantir os empréstimos bancários de longo prazo foi dado pelos Acionistas, como garantia à CGD:

- Penhora das ações por eles detidas;
- Penhor sobre a conta de depósitos, correspondente à conta de Reserva do Serviço da Dívida, bem como;

- Manter um Rácio de Autonomia Financeiro mínimo de 25%. Comprometeu-se ainda a apresentar um Rácio de Cobertura Anual do Serviço Dívida (RCASD) igual ou superior a 1,1:1, enquanto se encontrarem por satisfazer quaisquer créditos à CGD.
- Não distribuir e pagar dividendos e/ou reservas livres, reembolsar empréstimos subordinados e pagar os respetivos juros, bem como pagar comissões de gestão ou qualquer outra forma de remuneração do capital, salvo se cumulativamente:
 - Não se verificar qualquer situação de incumprimento do contracto;
 - Não seja utilizada para aquele efeito qualquer linha de crédito;
 - O RCASD seja igual ou superior a 1,2:1;
 - For respeitada a “afetação prioritária de cash-flow”, ou seja, o critério de aplicação do cash flow antes da função financeira obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
 - Pagamento do Serviço da Dívida
 - Contribuições para a cobertura da Conta Reserva do Serviço da Dívida;
 - Remuneração do Capital Acionista
 - A remuneração do capital acionista seja dimensionada até ao limite necessário exigido para a manutenção dos Rácios do Projeto;
 - Se tenha iniciado o reembolso do capital devido à CGD.
- Constituir a favor da CGD penhor sobre todo o equipamento que venha a fazer parte da sua exploração comercial e industrial;

25 - Descrição Das Responsabilidades Da Empresa Por Garantias Prestadas

- Município de Ribeira de Pena - 3.600 €

A fim de garantir o valor de 5% do valor adjudicado pelo Município de Ribeira de Pena relativamente à “Gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvalá”. Desde 1995.

26 - Ativos e Passivos Contingentes

No decurso dos exercícios de 2010 e 2013, a EHATB, foi objeto de Inspeções Tributárias aos exercícios de 2008 e 2009. Na sequência destas inspeções, foram efetuadas correções em sede de IVA, que a empresa impugnou tendo, embora, procedido ao pagamento, das liquidações apresentadas.

A EHATB tem, também, pendente uma ação de impugnação relativa ao resultado da 2ª avaliação, efetuada pela AT, para efeitos de inscrição matricial, de todos os Parques Eólicos, bem como da liquidação do IMI, a eles relacionado, relativos a anos anteriores.

Uma vez que todas as liquidações apresentadas foram pagas, a responsabilidade da EHATB, subsume-se ao pagamento dos honorários a liquidar à Sociedade de Advogados ABCC-Sociedade de Advogados, RL, e das custas do processo.

Chaves, 09 de agosto de 2016.

A Contabilista Certificada

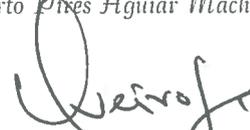


Maria Leonor Ferreira Marques
(CC 40235)

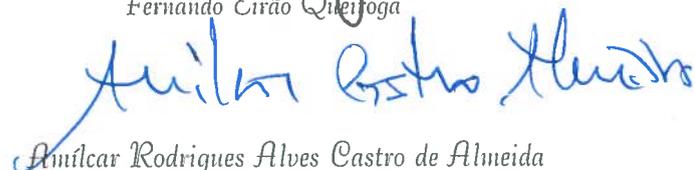
O Conselho de Administração



António Alberto Pires Aguiar Machado, Presidente



Fernando Eirão Queiroga



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

db

Arina



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

**Aos Senhores Acionistas da
EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.**

Porto, 1 de setembro de 2016

Informação sobre a situação económica e financeira da Empresa, reportada a 30 de Junho de 2016, a prestar ao órgão executivo das entidades públicas dela participantes.

1. O presente relatório é emitido na sequência do trabalho que foi por nós desenvolvido no sentido de obter informação relevante sobre a situação económica e financeira da EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A. do primeiro semestre de 2016, com o objetivo de dar cumprimento ao disposto na alínea h) n.º 6 do artigo 25º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (Lei que aprova o regime jurídico da atividade local e das participações locais).
2. Em resultado de tal tarefa, emitimos também parecer sobre a informação financeira semestral disponível, datado de hoje, que aqui se dá por reproduzido, e que se anexa.
3. A referida informação financeira inclui o relatório de gestão intercalar, o relatório de execução orçamental, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Essa documentação, reportada a 30 de Junho de 2016, dá nota da evolução económica e financeira da entidade, neste primeiro semestre de 2016, detalhando ainda as principais variações ocorridas.

4. O exame a que procedemos relativo ao período findo em 30 de Junho de 2016, foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.
5. Fazemos notar que tais verificações tiveram por objetivo obter um grau de segurança moderada aceitável sobre se a informação financeira disponível está ou não isenta de distorções materialmente relevantes. Nestes termos, o trabalho consistiu, essencialmente, em indagações junto dos Serviços de Contabilidade e Financeiros da própria entidade, a par de procedimentos analíticos, bem como em testes substantivos às transações não usuais de grande significado.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



6. Em complemento à informação económica e financeira disponível, a que aludimos no ponto 3 acima, entendemos dever referir o seguinte:

6.1. Como vimos, a EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., elaborou contas intercalares reportadas a 30 de junho de 2016, acompanhadas do respetivo anexo.

Tais demonstrações financeiras registam o rédito correspondente a produção de eletricidade e os gastos efetivamente incorridos durante o 1º semestre do ano que originaram um resultado positivo do período de 2.483.989 euros.

Não dispomos de informação prospetiva adicional para o 2º semestre de 2016, para além da já veiculada pelo Plano de Atividades e Orçamento para 2016.

6.2. "Ativos Intangíveis" inclui os investimentos associados a "Bragadas". Tal registo, foi efetuado no âmbito da IFRIC 12 – "Acordos de concessão de serviços", na medida em que foi considerado que, nos termos do contrato de concessão, se trata apenas de um direito de utilização, não existindo controlo. De facto, é o concedente que controla a infraestrutura e no final do contrato, essa infraestrutura reverterá para a sua posse.

6.3. A rubrica "Outras contas a receber" inclui:

6.3.1. O montante de 321.220 euros que, tal como refere o relatório de gestão e o anexo nas notas 16 e 26, reflete o montante pago pela Empresa, à Administração Fiscal, na sequência de duas ações inspetivas tributárias que incidiram sobre os exercícios de 2008 e 2009, de que resultaram correções ao IVA dedutível desses exercícios. Considerando a evolução dos processos de reclamação, estão constituídas provisões nos montantes correspondentes aos valores já pagos, e que consideramos suficientes.

6.3.2. O valor de 111.325 euros que resulta do desreconhecimento contabilístico da participação financeira detida na "Hidrocentrais de Mosteirão, SA". Segundo apurámos, terá sido deliberada a respetiva dissolução. A dissolução deveria ter sido concluída no prazo de 6 meses, após a entrada em vigor da Lei 50/2012, de 31 de agosto. Segundo fomos informados, a dissolução não se encontra ainda encerrada. A recuperação deste ativo, afigura-se improvável. A Empresa, em 2015, constituiu uma provisão de igual montante. Recomenda-se, de novo, a conclusão deste processo.

6.3.3. O montante de 174.750 euros, respeitantes a donativos pagos a diversas freguesias pertencentes aos concelhos do Alto Tâmega, cujos municípios são acionistas da Empresa, suportados apenas por cópias de cheques. A Empresa aguarda os respetivos recibos para reconhecer o gasto.

6.3.4. Por último, o valor de 818.724 euros corresponde ao montante estimado de venda de energia do mês de junho de 2016, cujas faturas, foram emitidas em julho de 2016.

6.4. A rubrica "Diferimentos" inclui 320.369 euros, titulados por "Protocolos de contrapartidas" onde estão contabilizados valores para reconhecer em gastos nos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras atribuídas a alguns dos Municípios acionistas a título de renúncia à prossecução da atividade de produção de energia. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos Instalados e do empreendimento hidroelétrico.

O período de vida útil que tem vindo a ser utilizado para os aerogeradores é de 20 anos, para as turbinas 16 anos e para a construção civil (barragem) 30 anos. Se fosse utilizado o critério das concessões de terrenos, teríamos 25 anos e 35 anos, para as eólicas e hídricas, respetivamente.



6.5. A rubrica "Outras contas a pagar", passivo não corrente, inclui:

6.5.1. O montante de 337.838 euros, respeitante a gastos a incorrer de desmantelamento, remoção e de restauração do local associados aos geradores eólicos, que foram transferidos para a Empresa aquando das fusões ocorridas em 2013 e 2014.

6.5.2. 568.202 euros que respeitam ao montante da tributação correspondente aos subsídios ao investimento.

6.6. A rubrica "Outras contas a pagar", passivo corrente, inclui 133.707 euros titulados por "Outros credores por acréscimos de gastos", que transitam de 31 de dezembro de 2015, referentes a gastos assumidos com a execução de empreitadas ao abrigo de contratos programa de 2015, para os quais, a 30 de junho de 2016, ainda não existia documentação de suporte à despesa.

Trata-se da obra a executar em Bustelo, Ribeira de Pena e da obra do Ecomuseu de Vidago.

Segundo informação recolhida, em 2015, terão apenas sido iniciadas estas ações que decorrem do respetivo contrato-programa, pelo que não deveria ter sido registada a totalidade da despesa nesse exercício. A 30 de junho de 2016, as obras ainda não estão totalmente executadas.

6.7. A última ata inscrita no livro de atas da Assembleia Geral corresponde à aprovação das contas reportadas a 31 de dezembro de 2015.

O livro de atas do Conselho de Administração não se encontrava disponível à data da nossa visita. Nos nossos arquivos, constam as atas desse Conselho até outubro de 2014.

6.8. Comparativamente com o ano anterior, em 2016 a rubrica de "Donativos" tem o seguinte detalhe:

Descrição	Euros	
	30-Jun-16	30-Jun-15
Donativo Social – Maj 140%	687.250	489.178
Donativo Social – Maj 130%	30.000	21.000
Donativo Ambiental – Maj 120%	312.500	107.172
Donativo Desportivo – Maj 120%	127.500	37.500
Outros – Maj 120%	500	
Total	1.157.750	654.850

6.9. Chegada a Lei 50/2012 e integrada a Empresa no Setor Empresarial Local, temos vindo a dar nota em anteriores relatórios de algumas questões que, em nossa opinião, são merecedoras de análise, designadamente ao nível de orçamentos, de controlo operacional, de procedimentos internos, e de análise de processos e documentação.

No sentido de melhor conformar os comportamentos que eram seguidos, foram obtidos diversos pareceres do Dr. Ricardo Carvalho e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte CCDR-N, em particular, quanto à admissão e recrutamento de pessoal; à definição das atividades desenvolvidas e a desenvolver, bem como a natureza de gastos a suportar, face ao objeto social da Empresa; e à aplicação e conteúdo dos contratos programa, considerando a especificidade da Empresa.



Em relação a 2016, no sentido de melhor apresentar a Informação previsional para esse ano e definir o conteúdo dos respetivos contratos programa, foi obtido, em 10 de novembro de 2015, parecer jurídico do Dr. Ricardo Carvalho.

Julgamos poder sistematizar assim as conclusões de tal parecer:

- a) As atividades a cargo das empresas locais, se externalizadas pelos Municípios, não podem ser prosseguidas pelas entidades públicas participantes;
- b) Os contratos-programa, correspondem a contratos administrativos, de elaboração obrigatória, sem que os mesmos possam ter a natureza de contratos de prestação de serviços.

Aos contratos-programa aplica-se os nº 2 a 7 do artigo 47º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, ou seja, devem:

- i) Definir a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento regional assumidas;
 - ii) Definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual;
 - iii) Indicar a finalidade da relação;
 - iv) Estabelecer os objetivos a atingir e os indicadores de eficácia e eficiência, face à realização desses objetivos, de modo a avaliar o desempenho;
 - v) Justificar a política de preços e eventuais compensações monetárias a receber como contrapartida das obrigações de natureza programática que foram delegadas.
- c) Cabe à empresa desenvolver as ações concretas e específicas a empreender para a concretização dos objetivos.
- a) Conclui o parecer pela possibilidade da EHATB, S.A., substituir iniciativas ou ações ou até proceder à redistribuição de verbas, desde que se prossigam, de forma eficaz, os objetivos e o programa previamente definido.

7. Tal como referimos no relatório sobre a fiscalização efetuada, por nós emitido em 11 de março de 2016, os contratos-programa celebrados para 2016 e que encontraram suporte financeiro no orçamento apresentado pela EHATB, EIM, S.A., integram já orientações deste último parecer jurídico.

Apesar disso, recomendamos que os valores estimados para os gastos associados ao desenvolvimento da missão acolham maior formalismo documental e integrem mais informação justificativa das ações a desempenhar, com detalhe dos recursos humanos próprios utilizados pela Empresa na execução de tais atividades.

É ainda nossa recomendação que os indicadores de desempenho, de eficácia e de eficiência sejam reforçados quanto à resposta dada pela Empresa à realização da missão atribuída, no sentido de complementar a atual medida de avaliação do desempenho que está, no essencial, a ser efetuada através do nível de realização da despesa efetiva.

8. Como temos vindo a referir, a Empresa enfrenta agora um enquadramento jurídico e fiscal mais complexo e de informação exigente.



Por outro lado, ao longo dos últimos anos, o quadro do pessoal tem vindo a aumentar face, nomeadamente, ao alargamento do escopo social.

Nestas circunstâncias, tal como em anteriores relatórios, aconselhamos o controlo de tais recursos, no que respeita a prossecução das tarefas que lhes são atribuídas, através do reforço de procedimentos internos que comprovem e avaliem a sua execução.

No exercício das nossas funções, no âmbito da análise e avaliação do controlo interno, estamos a proceder ao levantamento de tais procedimentos na área do pessoal e ao seu efetivo cumprimento.

9. No final do exercício, iremos proceder à circularização a terceiros, instituições bancárias, finanças, segurança social, caixa geral de aposentações e advogados.
10. Desejamos agradecer à Administração e a todo o pessoal com quem contactamos a boa colaboração que nos prestaram.

Com os nossos melhores cumprimentos,

De V. Exas.
Atentamente



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.
Representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (Roc nº 622)

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artº. 25º, n.º 6, alínea h) da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre a Informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016, da EHATB – EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A., Incluída: no Relatório de gestão Intercalar, no relatório de execução orçamental, no Balanço (que evidência um total de ativo líquido de 22.246.151 euros e um total de capital próprio de 13.375.895 euros, incluindo um resultado líquido de 2.483.989 euros), na Demonstração dos resultados por naturezas, na Demonstração das alterações no capital próprio, na Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da Informação financeira adicional, são as que resultam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de Informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo Interno apropriado;
 - d) a Informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade; e
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a Informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a Informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) principalmente, em Indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da Informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da Informação financeira; e
- b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado e aquelas em que tenham sido obtidas informações contraditórias.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação:

- a) da concordância da Informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos; e
- b) das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

7. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a Informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a Informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

9. Sem afetar o parecer expresso no parágrafo anterior, temos a observar que conforme divulgado nas notas finais do relatório de gestão e nas notas 16 e 26 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de duas ações inspetivas tributárias que incidiram sobre os exercícios de 2008 e 2009, resultaram correções ao IVA dedutível desses exercícios. Considerando a evolução dos processos de reclamação, por cautela, estão constituídas provisões nos montantes correspondentes aos valores já pagos dos exercícios de 2008 e 2009.

Porto, 1 de setembro de 2016


RSM & ASSOCIADOS - S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)